

MOVIMENTO SINDICAL E MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA: ROMPENDO AMARRAS

Ricardo SAPIA¹

...a pobreza, vizinha da morte,
reorganiza ao morrer o seu amor pelo mundo,
pela transformação, pelo devir.

Toni Negri

Resumo: Busco destacar alguns elementos que acredito importantes para pensar os sindicatos e as novas formas de resistência dos trabalhadores. Procuo me ater a realidade do meio rural da região de Ribeirão Preto, particularmente ao setor Agroindustrial. Utilizo alguns resultados de pesquisa que contou com financiamento da FAPESP – Fundação e Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e que acabou por resultar na minha Monografia de Conclusão de curso em ciências sociais.

Palavras-Chave: Sindicatos; movimentos sociais; classes sociais; reestruturação produtiva.

Abstract: I try to stand some important elements to understand the unions and resistance of workers. I have as focus Ribeirão Presto's country, particularly the agro industrial sector. I used some research that was financed by FAPESP (Foundation of support to research of São Paulo state). It led into my term paper of the Science Social course.

Key-words: Unions; social movements; social classes; productive restruturation.

A questão que persigo neste trabalho é a de destacar alguns elementos que me parecem imprescindíveis para pensar a crise global do movimento sindical.

¹ Doutorando do Programa de Pós – Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP. Bolsista: FAPESP.

Evidentemente não tenho a pretensão de estender as minhas conclusões a toda e qualquer realidade, por outro lado, é bem verdade, que acabo por considerar a crise global do movimento sindical enquanto crise institucional, o que leva a crer, que o modelo de sindicalismo ainda vigente se debate entre a crise propriamente dita e o declínio. Crise e declínio são termos cunhados pelo Professor Leôncio Martins Rodrigues (1999) que ao analisar o movimento sindical global, destacando exemplos pontuados dentre os quais, Itália, França, Alemanha, Finlândia, Noruega e Suécia, dentre outros, conclui que estamos vivenciando uma realidade que chama de extrema dessindicalização. É ainda nas conclusões que o autor melindra sua inquietação bastante provocativa de questionar se estaríamos diante da crise ou declínio do movimento sindical. Crise, entendida enquanto momento passageiro, passível de reorganização. Já declínio, entendido como derrocada, derrota, impossibilidade de reversão do quadro. É nesta linha entre crise e declínio, ou então, entre sindicato e resistência, que procuraremos formular nossas argumentações.

Sustentamos de fato que o fordismo esgotou suas possibilidades históricas, que as rígidas amarras que prendiam os trabalhadores entre os muros das fábricas foram rompidos, o que não significa dizer que ele desapareceu. Outra questão que se deve considerar é que a totalidade de um sistema produtivo transcende as possibilidades de apreensão que se pretendem absolutas. Essa talvez seja uma admissão de modéstia que nos coloca diante de uma sociologia, ou por que não de uma ciência, em vias de fazer-se, para lembrar Pierre Bourdieu (2000).

Trabalho e Restruturação Produtiva

A crise do movimento sindical deve ser pensada no contexto das mudanças operantes no que se convencionou chamar de mundo do trabalho. Se atentarmos para a reconfiguração global da nova realidade produtiva observamos a reorganização de um novo quadro que desponta sobre nossos olhos. Essas mudanças operantes no mundo do trabalho, ao que parece, apresentam algum consenso, ou seja, a admissão de que alguma coisa mudou. Por outro lado não se pode arriscar mais do que essas rápidas colocações, pois adiante isso surge um grande divisor de águas. As duas grandes correntes em

que se procuram agrupar as mais díspares teorias são aquelas do neofordismo e da acumulação flexível².

Especialmente no campo do que se convencionou chamar de marxismo o cerne da discussão, por assim dizer, se situa entre aqueles que defendem a atualidade integral da teoria do valor-trabalho colocada por Marx e aqueles que dizem que a produção material já não agrega mais valor-trabalho como outrora. Evidentemente isso não é tão simples assim, mesmo por que não se trata de colocar essas teorias em divisões bipolares.

Se de fato existe a substituição do homem pela máquina, conforme se pode constatar, por outro lado novos postos de trabalho estão surgindo. Esses tendem a operar naqueles campos em que o desenvolvimento técnico – científico não foi capaz de promover essa substituição homem/máquina. Assim, os poucos postos de trabalho que estão sendo criados requerem um perfil profissional altamente qualificado, resultante de um processo de formação longo e ininterrupto. Por outro lado, os postos de trabalho que permanecem ou surgem em larga escala, buscam aproveitar a grande massa de trabalhadores pouco qualificados e de fácil substituição. Esse não é um fenômeno novo e pode-se dizer que segue a mesma fórmula em todas as chamadas Revoluções Industriais.

É exatamente essa a realidade verificável na agroindústria da região de Ribeirão Preto, mais particularmente com relação aos trabalhadores da cana-de-açúcar, ou melhor dizendo, do setor sucro-alcooleiro. Tanto na fase puramente agrícola quanto naquela industrial, os trabalhadores estão sendo substituídos num ritmo vertiginoso por máquinas que são operadas por um número bastante reduzido de trabalhadores altamente qualificados. Os trabalhadores da cana, ou bóias-frias³, como são popularmente conhecidos, se reservam à sorte da

² Para a corrente da chamada “especialização flexível”, que tem como principais expoentes Piore & Sabel (1984) o sistema de produção fordista é completamente substituído por um modelo complexo, que exigindo produção versátil, de qualidade e flexível, imporia uma nova relação também flexível entre homens e máquinas. Trata-se de um sistema que aproxima as etapas de concepção, execução e controle. O que implica em se contrapor à rigidez do fordismo. Já para os “neofordistas” a mudança no sistema de produção e resultado do ajuste e readequação do fordismo frente à crise. O paradigma da especialização flexível apesar de presente nos pós-fordistas, procura ir além, não se esgotando nessa interpretação. Para os chamados “neofordistas” existe ainda grande distanciamento entre concepção e execução. Sustentam que a polivalência nada mais é que a combinação de várias tarefas simples, e que os gerentes altamente qualificados e responsáveis pela produção, estão nos centros das empresas e não no chão de fábrica.

³ “Bóia-fria” é a designação popularmente conhecida, que acabou por ganhar uma conotação pejorativa, pela qual são chamados os assalariados rurais. “Bóia-fria” por que os assalariados rurais não residem em seus ambientes de trabalho, conforme acontecia em outras relações de produção no campo, como o colonato e a meação, por exemplo. São “bóias-frias” por que se alimentam com comida fria, transportadas em “marmitas” que são preparadas

intensificação da exploração da mão-de-obra. Várias vezes pudemos ouvir o depoimento de patrões que declaram abertamente que nesses casos a mão-de-obra ainda é mais barata que a implementação das novas técnicas de produção. O desemprego estrutural guarda um grande contingente humano que gravita entre tarefas rotineiras e de fácil aprendizado e aquelas ocupações conhecidas como “bicos”. Dada a mobilidade e a fácil substituição desses trabalhadores à exploração se intensifica. Se por um lado restam alguns poucos trabalhadores altamente qualificados nos setores tipicamente industriais sob a vigência do assalariamento, por outro um enorme contingente de trabalhadores restam como mão-de-obra barata, degradante, migratória e de fácil substituição. Também deve se observar que um grande número de trabalhadores que já não encontram mais guarida nos postos de trabalho assalariado se organizam das mais variadas formas figurando também no mercado informal.

Na seqüência de nossos estudos temos identificado o surgimento de vários movimentos de resistência, principalmente na luta pela terra, sendo que nenhum deles passa pelo crivo da luta pelo assalariamento.

Tenho apontado em meus estudos e particularmente nas conclusões de minha monografia de final de curso, que o sistema produtivo observado na agroindústria da região é antes a mescla de várias experiências produtivas, do que um sistema puro. Sendo assim, aproveita algumas formas de gestão e organização do trabalho eminentemente urbana como o toyotismo e o fordismo⁴, bem como outras que remontam à formas que se julgavam extintas a exemplo do colonato e a meação que são eminentemente rurais. É nesse intento que pensamos os chamados “trabalhadores da cana” – cortadores e plantadores de cana, que exercem tarefa enfadonha, rígida e repetitiva que podem ser

em suas casas. Esse termo acabou por ser usado como sendo sinônimo de pessoa pobre, grosseira e com pouca educação. Ser “bóia fria” é sinônimo de despossuído, desqualificado, ser marginal perante o mercado de trabalho e a sociedade.

⁴ O fordismo é um sistema produtivo, surgido originalmente na indústria. Foi Henry Ford quem primeiro o introduziu em 1914 nos E. U. A. Este modelo de organização da produção guarda fortes semelhanças com o taylorismo que o antecedeu, por isso, muitos autores costumam usar a caracterização taylorista/fordista. Alguns vêm como um sendo a definitiva realização do outro. O fordismo, conforme apontam alguns autores, dentre eles David Harvey (1993) pode ser caracterizado em duas palavras: rigidez e repetitividade. Guardando as características do taylorismo, como a exata medição dos movimentos do corpo, o fordismo se organizava na forma de gestão do trabalho repetitivo e rígido. Talvez tenha sido o modelo produtivo mais cruel, uma vez que definitivamente o trabalho “pensado” era completamente separado do trabalho executado. Um bom trabalhador era aquele capaz de repetir com rapidez e destreza o maior número de vezes possível, a mesma tarefa. Ou então: O que havia de especial em Ford (e que em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (cf. HARVEY, 1993, p.135; 184)

identificadas com aquelas experiências produtivas eminentemente urbanas, surgidas na indústria. São trabalhos de baixa qualificação, que requerem mais resistência do que aprendizado. Por isso concebo esse tipo de trabalho como fordista, e é dessa forma que identifico a sua crise. Portanto, procuro demonstrar o rompimento com as premissas da sociologia clássica que previam uma separação rígida entre campo e cidade.

Mas ao mesmo tempo em que se verifica a crise do trabalho formal de corte fordista, evidencia-se por outro lado o surgimento de uma série de atividades profissionais de toda ordem: Trabalho informal, muitos altamente qualificados e outros de baixa qualificação, e outros postos de trabalhos formais em número bastante reduzido, exigindo-se maior qualificação.

Vale considerar que trabalho entendido enquanto atividade eminentemente humana, não pode ser confundido com a categoria histórico-formal em que se entende o trabalho assalariado. A crise do emprego é antes de tudo a crise do emprego formal. Aquele modelo profissional gestado pelo fordismo esta desaparecendo, o que não significa dizer que as pessoas estejam trabalhando menos. Pelo contrário, pensamos que com a crise do sistema fordista de produção as pessoas passam a trabalhar mais, uma vez que suas atividades produtivas não se resumem ao ambiente de trabalho e nem mesmo a disposição de rígidas jornadas. Portanto, apontamos desde já uma mudança completa que pode chegar a se constituir numa profunda alteração espaço-temporal.

Na medida em que alguns postos de trabalho são extintos os trabalhadores vão se tornando “descartáveis” para a ótica do assalariamento e para as organizações e movimentos de resistência, a exemplo dos sindicatos, que se constituem sob a égide do industrialismo. Suas condições de trabalho tendem a se degradar, bem como seus salários tendem a diminuir. Essa grande massa desempregada antes de figurar como exército industrial de reserva aguardando impunemente ser recrutada pelo grande capital tem se organizado das mais variadas formas. Assim, desde já vale ponderar que a identificação em se tratando de influxo dos movimentos de resistência, vem principalmente daqueles que resistem em reconhecer a crise do corporativismo que caracterizou a era fordista.

É exatamente nesse ponto, em que a crise ganha novos contornos e a exploração se intensifica, que identificamos novas possibilidades de reorganização dos trabalhadores. Ocorre que esses que aqui chamamos de novos movimentos

de resistência devem atentar para o fato de que não se pode mais reivindicar os escombros dos sindicatos organizados sob base fabril. Qualquer modelo de organização e resistência que se pretenda impactante para os ganhos e lucros do capital deve atentar para a premissa de exploração que vai para muito além dos muros da fábrica.

Se tomarmos como exemplo os novos setores produtivos veremos que a exploração no trabalho transcende o limite do ambiente reservado a produção. O que implica apontar que a exploração vai além do tempo e do espaço reservados às atividades consideradas produtivas. Assim não é de se estranhar que alguns autores, dentre eles o italiano Antonio Negri (2001), chama a atenção para o fato de que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, produção e consumo são quase equivalentes. Ou então, que o “trabalho imaterial” está tão sujeito à exploração quanto o trabalho que se corporifica imediatamente na produção. Um exemplo disso seria a micro-eletrônica e a informática que são potencializadoras da capacidade de organização individual e de interesses específicos e que não necessariamente se materializam, ou não se materializam em sua totalidade. Afirmar o contrário seria admitir que toda esta revolução técnico-científica só teria sentido na materialização, ou seja, na produção do computador/máquina.(COCCO, 2000). Outro exemplo pode ser encontrado no fluxo constante e avassalador do capital financeiro que transfere do dia para noite fortunas que quando não pairam sobre as nossas cabeças transferem valor, sem que haja materialização correspondente e mensurável na produção material. Revendo a tradição marxista, significaria dizer que medir a taxa de extração da mais-valia é impossível.

Alguns autores, dentre eles Habermas (1987), Claus Offe(1989) e Robert Kurz (1993), dispõem de um vasto aparato analítico que acaba por admitir que o trabalho assalariado, que teve no auge do fordismo seu apogeu, já não desempenha mais papel fundamental. No Brasil, um autor que busca combater essas vertentes analíticas, pelo que nos parece é Ricardo Antunes(1997), que em seu livro *Adeus ao Trabalho?* assinala que a sociedade ainda é capitalista e regida pela teoria do valor trabalho, ou seja, a sociedade seria regida pelo trabalho abstrato (assalariado e alienado) e o trabalho concreto não só existe como é o preponderante. Já Harvey (1993) observa que as modificações do pós-fordismo e da flexibilização não passam de conseqüências das contradições do capitalismo. Portanto, repõe a teoria do valor trabalho mostrando as diversas formas de ampliar a mais-valia relativa e absoluta. Podemos com esse debate enfatizar um

exemplo rápido que se constitui naquilo que Bourdieu⁵ (2000) dizia ser essencial a um pesquisador: a promoção do debate entre autores tendo em vista mais o sistema social do que a filiação a este ou aquele autor, o que neste último caso se constituiria no que chamava de fechamento prematuro. Ou seja, o trabalho abstrato existe e de certa forma rege a sociedade, pois a máquina não opera sozinha, e no mais das vezes exige a presença do trabalhador. Ocorre, como observa Habermas(1975) que a ciência, a técnica e a comunicação revolucionam essa relação. Assim pode-se indicar que existe a substituição do homem pela máquina sem que, contudo, deixe de existir o trabalho abstrato. Antunes (1997) ao que parece, busca restabelecer o marxismo enquanto método. Contudo, é Gorender (1999) que nesse ponto insiste que o cerne do próprio método marxiano é a dialética. Insiste afirmando que o processo histórico e a emergência das novas relações sociais não devem servir apenas como confirmação da teoria, e sim como condição para reformulação dessa mesma teoria. Segundo Gorender não se deve desconsiderar o momento histórico em que Marx escreve nem mesmo todo o processo de reestruturação produtiva operante.

Sindicatos

Os sindicatos devem estar atentos para além do ambiente de trabalho e das atividades profissionais regulamentadas. Em outras palavras, o desafio colocado pela nova realidade profissional subverte a noção de tempo restrita ao horário de trabalho, e ao espaço compreendido dentro do setor de produção material e fabril. O que implica dizer que a formação de consciência necessária à solidariedade e as atividades coletivas passa pela totalidade (OFFE, 1989) da vida dos trabalhadores. Como bem aponta Toni Negri & Lazzarato

As pessoas compreenderam que é a subjetividade que produz e que todas as atividades se tornaram lugares da produção, já que não há mais 'um lugar da

⁵ - Bourdieu propõe que a filiação a esta ou aquela teoria é secundária com relação a pesquisa e a ciência sociológica. Ou seja, a teoria do conhecimento nunca estabelece separação a *priori* entre os autores. Aliás, a epistemologia serve exatamente, na maioria das vezes, para aproximar autores que no campo doutrinário estariam separados. Esta seria a ciência em via de fazer-se, a retificação do pensamento que passa de um conhecimento menos verdadeiro a outro mais verdadeiro. Contudo tal procedimento carece antes do embate travado no curso da própria pesquisa e não a simples relativização de pontos de vistas diferentes. Qualquer obediência incondicional a esta ou aquela linha teórica levaria ao fechamento prematuro ao invés da chamada 'sociologia espontânea' que é por excelência especulativa e criativa (BOURDIEU, 2000, p.7-44).

produção'. Havendo uma tal consciência cada vez mais ampla, cada vez mais profunda, as pessoas que participam dos movimentos pacifistas se mesclam aos movimentos dos trabalhadores – tanto do trabalho material quanto do trabalho imaterial – que, por sua vez, se mesclam aos movimentos sociais, aos movimentos das mulheres, às pessoas dos centros sociais... (2001, p.27)

Negri assinala a crise da teoria do valor de Marx na medida em que ficou impossível mensurar trabalho necessário e trabalho excedente. Por outro lado, aposta no trabalho, principalmente naquele que compreende a subjetividade do trabalhador. A explosão, por assim dizer, da mão-de-obra, e, portanto dos focos de luta e resistência, não podem mais ocorrer no espaço puramente industrial da fábrica, mas em todo ambiente comum que não é mais nem público e nem privado. Trata-se da construção de um novo espaço que não se limita mais a separação estanque erigida com o modo de produção fordista. A convulsão constituinte que rompeu os limites espaço-temporal do fordismo, remeteu a noção de público e privado à insignificância. Ninguém mais é capaz de sentir-se unicamente em um desses espaços. Na medida em que esses espaços se confundem não faz mais sentido considerá-los, senão na exata medida de sua superação. A questão colocada é então da construção de um novo espaço público. (COCCO; URANI & GALVÃO, 1999) observa:

A transferência do 'lugar' da produção para o território das cidades extrapola a localização estritamente privada característica do regime de acumulação fordista. Afinal, o espaço da produção ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade (no território), ganha uma conotação pública inexistente anteriormente. (p. 23)

Esse ponto é central uma vez que toda e qualquer instituição, dentre as quais os sindicatos e os partidos políticos, são constituídos segundo velhas premissas que não podem mais ser invocadas. Todas as normas e regulamentações são condizentes com um outro momento que não este em que estamos vivendo. As pessoas não se sentem mais representadas, essa é que é a questão. Os sindicatos e partidos com suas engrenagens velhas e enferrujadas não são mais capazes de representar os anseios nem individuais e nem de classes. A luta agora se estabelece num circuito global e a exploração da mão-de-obra transcende os limites materiais do ambiente. É nesse sentido que o movimento se torna um movimento global que é ao mesmo tempo antiglobal, por que resiste ao modelo vigente. É nessa mesma ordem que ao ser antiglobal possibilita organizações locais sustentáveis atentas aos fluxos globais. É assim também que a classe social não pode mais ser compreendida como aquela explorada na indústria conforme o modelo fordista.

No lugar dessa classe surgem as “multidões”, explorados de toda ordem, objetiva e subjetivamente, que devem buscar conexões de interesse para o enfrentamento e a luta. Ou como afirma Marazzi:

A new economy tem isto de específico; é um modo de produção capitalista atravessado pela comunicação, pela força produtiva da linguagem, seja na esfera diretamente produtiva de mercadorias, seja na monetária e financeira. É dentro das coordenadas lingüísticas do sistema de produção e de distribuição da *new economy* que devem ser buscadas as contradições e as formas do conflito social. (2002, p.35)

Trata-se de uma nova configuração que sendo alterado o mundo do trabalho e o perfil profissional, nos coloca diante de novos desafios que põem em cheque os velhos paradigmas. Outras questões podem ser apontadas dadas às especificidades de cada caso. Uma delas de caráter mais geral diz respeito a democratização que busca quebrar o modelo sindical corporativo herdado da era Vargas⁶. Muitos autores, dentre eles Adalberto Cardoso (1999) têm proposto as OLTs – Organização por Local de Trabalho como medida essencial à democratização e a representação sindical. Seria uma forma de acabar com os chamados sindicatos de fachada, que só existem enquanto instituição e que não tem nenhuma base de representação, e deixar florescer aqueles que de fato possuem base participativa.

O FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado em 1990, tem como um de seus objetivos principais financiar cursos de qualificação e requalificação profissional. Sua verba é originária da arrecadação do PIS/PASEP um fundo composto de contribuições das empresas que é usado nos programas sociais de combate ao desemprego. É importante lembrar que as verbas do FAT compõe cerca de 40% do patrimônio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Dentre as instituições que mantém convênio com o FAT, destacamos o PLANFOR – Plano Nacional de Formação Profissional, criado

⁶ Usamos o termo “varguismo” para demonstrar a particularidade de um modelo de gestão político-administrativa inaugurado pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Essa terminologia é usada por nós para demonstrar o modelo corporativo que caracterizou a chamada era Vargas. Em linhas gerais esse modelo pode ser caracterizado pela transposição dos conflitos entre capital e trabalho para dentro do aparelho de Estado. O Estado “varguista” ou a “era Vargas” que marcou decisivamente a história do Brasil procurava compor interesses conflitantes, tendo o Estado como mediador, ou melhor, como patrocinador. Durante toda sua trajetória política Vargas procurou “andar na corda bamba” fazendo concessões ora para o capital, ora para os trabalhadores. Dessa forma toda e qualquer decisão entre os agentes (capital e trabalho) passava, necessariamente, pelo crivo do Estado. Tanto os sindicatos quanto a legislação trabalhista funcionavam por meio do Estado. Também do ponto de vista do capital, era o Estado que intervinha diretamente na economia como forma de patrocinar e promover o desenvolvimento econômico. Ou seja, o “varguismo” chamava para si o direito de arbitrar as diferenças em nome de uma sociedade que era corporificada pelo Estado.

pelo governo federal em 1996 como medida prioritária de combate ao desemprego.

No Brasil a participação dos sindicatos na execução de programas de qualificação e requalificação profissional se intensificou principalmente com o processo de democratização na década de oitenta, mas particularmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse fato pode ser verificado por meio dos novos espaços institucionais de atuação sindical, como os fóruns tripartites abertos no interior do aparelho de Estado. Assim, em tese, passa a existir maior legitimidade, autonomia e representatividade por parte dos atores envolvidos. (Estado/Capital/Trabalho). Também o CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador é composto por órgãos dos três segmentos, Estado, patrões e trabalhadores via sindicato. O que implica dizer que todo o processo de escolha e implementação dos cursos de formação profissional passam pelo crivo dos três agentes envolvidos.

Os sindicatos, via de regra, tem implantado quase que consensualmente as propostas conjuntas discutidas no interior dos conselhos. A própria indefinição por que tem passado o movimento sindical obsta qualquer atuação classista que rompa com a lógica da cooperação. E como não estamos aqui tratando de simples relações de causalidades, pode se dizer que ao mesmo tempo que se verifica a crise do movimento sindical, se observa que ela própria acaba tirando proveito disso. O declínio do poder de representação dos sindicatos, de certa forma, tem se amparado na política dos cursos de formação profissional, como paliativo para atender a base sindicalizada. Guardadas as particularidades e diferenças de cada caso, pode se dizer que a promoção de cursos de qualificação e requalificação profissional tem se constituído em prática prioritária de alguns sindicatos.

Mas, o grande mal é que o efeito dessas “políticas da ilusão” tem sido devastadores para a vida do trabalhador. Se por um lado, as propagandas de Estado se ocuparam durante muito tempo em propagar que o desemprego tinha, dentre suas principais causas, a ausência de trabalhadores qualificados, por outro, as políticas de formação profissional se ocuparam desse recorte. Diante do desemprego e imersos nessas políticas da ilusão, os trabalhadores se frustram quando percebem que, mesmo após terem concluído os módulos de cursos propostos, continuam desempregados e sem perspectiva de emprego. E o pior é que tendem a atribuir a derrota a si próprios, sendo que a maior qualificação não implica em demanda para a ampliação de capitais e para a criação dos novos postos de trabalho.

O que se percebe é que o perfil profissional massificado engendrado pelo fordismo, que exigia rápido aprendizado em tarefas rotineiras e repetitivas, está desaparecendo. Evidentemente, não existe consenso acerca dessa questão, conforme já havíamos observado. Haja vista que a maioria dos postos de trabalho criados no setor terceirizado e de serviços são altamente degradantes e de baixa remuneração. Porém, existe um outro fator que merece relevância. O fato de muitos movimentos apontarem para novas possibilidades na medida em que envolve os trabalhadores para além da relação puramente salarial. Foi com surpresa e espanto, porém não com descontentamento, que na durante a pesquisa pude perceber que os sindicatos patronais têm conseguido resultados mais satisfatórios com relação à qualificação profissional, que aqueles sindicatos de base classista dos trabalhadores. Isso ocorre devido ao fato desses sindicatos patronais representarem uma base ampla que compreende tanto o grande capital que se constitui em grandes latifúndios produtivos, quanto os pequenos e médios produtores. Evidentemente não nos remetemos ao grande capital devido os mesmos abdicarem da necessidade da qualificação. Contudo, os cursos profissionalizantes voltados para a pequena produção têm conseguido aliar teoria e prática para além da relação de exploração. O pressuposto desse tipo de qualificação não é a exploração do trabalho assalariado como ainda se percebe nos sindicatos dos trabalhadores. Ao contrário, implica em resultados eficientes na medida em que para além da relação de exploração vislumbra-se o envolvimento com todas as fases da produção.

Enquanto escrevo estas linhas para o fechamento do artigo posso ler com entusiasmo, e é claro, com ceticismo, as medidas anunciadas para o próximo governo recém eleito. Anuncia-se o fim do tão discutido imposto sindical e o deslocamento das verbas do FAT e dos programas de qualificação do Ministério do Trabalho para o Ministério da Educação. São duas medidas interessantes, e que pese sobre minha cabeça essa opinião, interessantes por que em primeiro lugar o alvo perseguido com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical visa acabar com os sindicatos de “fachada”, mais conhecidos como “sindicatos de carimbo”. Por outro lado, se são verdadeiras, ou mesmo se se proceder em partes nossa conclusões, os cursos de formação profissional executados pelos sindicatos dos trabalhadores tem servido mais a continuidade desses sindicatos de fachada e assim ao corporativismo sindical do que aos interesses perseguidos pelos trabalhadores. Ainda, o Ministério da Educação deve certamente saber corresponder melhor a essa relação totalizante entre trabalho e educação.

Novos Movimentos sociais de Resistência

Nos estudos procurei romper com aquelas teorias que sustentam o fim do campesinato e da agricultura familiar. Refiro-me principalmente a teoria da desintegração do campesinato, que pregava o fim desses por meio da diferenciação social resultante da crescente desigualdade criada com o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, antevia-se que, inevitavelmente, os camponeses, ou mais tarde os trabalhadores rurais, se transformariam definitivamente em assalariados rurais. A “profecia” identificada mais precisamente com a emergência das teorias socialistas do final do século XIX, não apenas deixaram de acontecer como também se pôde verificar a reconstituição dos movimentos camponeses. Refiro-me ao surgimento da via camponesa em 1992 que congrega organizações de todos os continentes, do MST – Movimento dos Sem Terra no Brasil, e ainda do EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México.

Esses movimentos destacados como sendo os mais significativos, para não mencionarmos outros tantos que surgiram no meio rural, são apresentados aqui como os “novos movimentos sociais”. Esta diferenciação entre novos e velhos movimentos sociais parece importante, na medida que entendemos como novos aqueles movimentos que surgiram com a crise institucional das organizações de classe, como os sindicatos. O modelo sindical, e aqui pensamos particularmente no movimento sindical rural brasileiro, para não adentrarmos em discussão mais ampla, está organizado conforme orientação do sistema produtivo fordista. Portanto, trabalho com a hipótese de que sejam essas as principais causas que levaram à crise aguda do sindicalismo.

Mas essas organizações dos trabalhadores rurais de que falo lutam contra o que chamamos de paradigma dominante. Penso que não se trata de um embate corporativo na tentativa de se afirmarem como alternativa. Tais organizadores lutam, antes de tudo, contra as condições de subalternidade que ainda se encontram, ou seja, lutam pelo reconhecimento da cidadania. Esse fator se expressa na clássica divisão entre campo e cidade vaticinada tanto pelos liberais quanto pelo que em alguns seguimentos se convencionou chamar de esquerda. A atual configuração do quadro social aponta não apenas para o fim dessa divisão como também para a emergência de uma nova organização produtiva. Das pesquisas realizadas pude observar que o modelo produtivo vigente na agroindústria sinaliza para uma configuração que aproveita experiências produtivas e de organização do trabalho que não são puramente industriais. Ao

que parece, se trata de um modelo de adequação que aproveita experiências tanto industriais quanto outras eminentemente rurais.

Considerando essa vertente, o processo de formação e organização dos trabalhadores não segue um modelo singular e pré-determinado, mas capta experiências das mais díspares em sua formação. Quem melhor expressa esta opinião é o historiador inglês E. P. Thompson, (1987) em sua obra clássica, *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Esse autor procura alcançar a dimensão subjetiva dos trabalhadores que no dia-a-dia passam por variadas experiências enquanto sujeitos individuais e coletivos. As percepções desses trabalhadores, de suas realidades concretas interagem em suas consciências. Sua consciência, por sua vez, é formada por valores já condicionados no sentido de suas próprias ações individuais e coletivas. Nesse sentido a dimensão subjetiva dos trabalhadores, entendida enquanto consciência de classe é um fazer-se constante que revela o fator experiência vivida como fator central.

Considera-se ainda o elemento da “subjetividade” desses trabalhadores. Subjetividade esta que não pode ser verificada à luz dos velhos paradigmas, mas sim, em conformidade com a dinâmica das mudanças operantes no âmbito das forças produtivas. O que em outras palavras procurei mostrar, é que os trabalhadores rurais, ou proletários rurais não deixaram sua condição de subalternidade para serem explorados na indústria. A mutação é bem mais complexa.

Conclusão

Ao contrário das teses que procuram argumentar pelo fim da centralidade do trabalho, penso que hoje estamos trabalhando mais do que nunca. Todavia, ocorre sim, o rompimento do trabalho enquanto categoria histórico – formal, ou seja, assistimos hoje a crise daquele trabalho de corte fordista.

Dessa forma o conceito de cidadania é completamente alterado, e para que o capital seja capaz de expandir os seus domínios e maximizar sua exploração é preciso que aqueles agentes subalternos, dantes relegados ao descaso figurem como cidadãos. Não basta mais considerá-los como não consumidores, conforme faziam os liberais, ou mesmo como agentes incapazes de promover a revolução, conforme algumas clivagens de esquerda.

São rompidas as rígidas amarras do modelo sindical organizado sob base fordista. A rigidez da instituição sindical entrou em crise no momento em que também entra em crise o sistema fordista de produção. Por outro lado, o processo de desenvolvimento e recomposição do capital que engendra novas formas de exploração, possibilita também outras formas de resistência e organização dos trabalhadores.

Os “novos movimentos sociais”⁷ surgem do movimento dos movimentos e da multidão de explorados de toda ordem que rompe com qualquer rigidez que os aprisiona. Não são apenas trabalhadores do campo, ou trabalhadores da indústria, mas também estes. Portanto, quer seja o campo, quer seja a cidade, em qualquer contextualização, não podem ser considerados para além de elos de um grande sistema: Os novos territórios produtivos. Pasmem qualquer pretensão ortodoxa, ressurgem novas possibilidades de um contra poder organizado por novos sujeitos sociais. São os operários sociais, que conforme aponta Negri (2002) são “móveis, flexíveis, pobres, inteligentes, aleatórios e radicais.”

⁷ É assim que considero todos os movimentos sociais que “explodiram” no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Sem enumerar vários deles como, por exemplo, dos “Sem Teto”, dos “Atingidos por Barragens” e etc. Cito três grandes exemplos. O MST – Movimento dos Sem Terra no Brasil, A Via Campesina que congrega filiados de todos os continentes e o EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional no México. São exemplos significativos e pontuais da criação de novos territórios, das emergências das novas lutas sociais, e que passam a ser considerados cidadãos aqueles que tradicionalmente foram considerados marginais, ou até mesmo desconsiderados, tanto pela direita quanto por algumas clivagens de esquerda.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- BOURDIEU, P. et al. A profissão de sociólogo. **Petrópolis:** Vozes, 2000.
- CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal:** a Era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- COCCO, G. **Trabalho e cidadania:** produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.
- COCCO, G. ; URANI, A ; GALVÃO, A. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- GORENDER, J. **Mundos do trabalho.** São Paulo: [S.n.], 1999.
- HABERMAS, J. **Legitimation crisis.** Boston: Beacon Press, 1975.
- _____. **Tecnologia e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1987.
- HARVEY, D. **Condição pós moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.
- MARAZZI, C. **A crise do New Economy e o trabalho das multidões.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NEGRI, A. ; LAZZARATO, M. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NEGRI, A **Assim começou o fim do império.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KURZ, R. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise. São Paulo: [S.n.], 1993.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PIORE, M. ; SABEL, C. **The second industrial divide.** New York: Basic Books, 1984.
- RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo.** São Paulo: Ed.USP, 1999.
- THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3.